

A UTOPIA NACIONAL-CORPORATIVISTA EM POPULAÇÕES MERIDIONAIS DO BRASIL (1920)¹

Marcello Felisberto Moraes de Assunção²

Universidade Federal de Goiás (UFG)

E-mail: marcellofma@gmail.com

RESUMO

Neste texto pretendo realizar uma análise da obra de Oliveira Viana “Populações Meridionais do Brasil” (1920) a partir da defesa da tese, de que o autor representa, na sua particularidade, a expressão de uma visão de mundo não de uma aristocracia ou burguesia em ascensão (como se refere uma historiografia dominante), mas, sim, de uma outra classe também dominante no capitalismo (e em particular no Brasil): os gestores.

Palavras-chave: Capitalismo, João Bernardo, Gestores, Visão de mundo, Intelligentsia brasileira, Oliveira Viana.

ABSTRACT

In this paper I intend to conduct an analysis of the work of Oliveira Viana "Southern Populations of Brazil" (1920) from the thesis which the author represents, in its particularity, the expression of a world view not of a rising bourgeoisie (as if referring to a dominant historiography), but rather from another class also dominant in capitalism (particularly in Brazil): managers.

Keywords: Capitalism, João Bernardo, Managers, World View, Brazilian Intelligentsia, Oliveira Viana.

A história intelectual ou a história social das ideias, foi em grande parte (pra não dizer em sua totalidade) enredada em uma teia de fatos, que enquadrou a produção teórico-prática do campo intelectual autoritário (e do campo intelectual em geral), das décadas de 20-40, como expressão de uma burguesia em ascensão³. O problema desta interpretação⁴ e

¹Este texto foi resultado das discussões realizadas a partir da disciplina “Intelectuais e classes sociais na organização do capitalismo brasileiro (1870-1960)” ministrada pelo professor dr. João Alberto da Costa Pinto.

²Mestrando em história pela Universidade Federal de Goiás e bolsista CAPES.

³A burguesia continua nas interpretações atuais, como a única classe propriamente capitalista no processo de institucionalização da modernização capitalista no Brasil, mesmo que, a sua ascensão não seja reconstituída por vias “clássicas” no sentido democrático burgues – como instituiu o dualismo interpretativo, predominantemente na interpretação PCBISTA, fundada na hegemonia intelectual stalinista –, mas, sim, por vias de um estado de compromisso – sociologia paulista – ou uma revolução conservadora, passiva (Carlos Nelson Coutinho, Werneck Viana entre outros), dentro da Fernandes ordem (Florestan), via prussiana (José

que o esquema proletariado + burguesia direcionou o olhar para o enquadramento legitimador de uma ortodoxia (em grande parte marxista, mas que não se reduz ao campo): a confusão da burguesia como a única classe dominante no capitalismo⁵. Segundo o marxismo heterodoxo de João Bernardo a burguesia divide o espaço de classe dominante com uma outra classe social: os gestores.

Para Bernardo as classes sociais no capitalismo são definidas em um movimento de tensão (que não é definido pelo consumo ou/e consciência em si) que é próprio do lugar que estas classes ocupam no modelo de produção da mais-valia⁶ (BERNARDO, 1991: 16), sendo mais exato, na fratura entre aqueles que controlam o seu tempo de trabalho e aqueles que não controlam (BERNARDO, 1991: 61). É nesta perspectiva, que as classes dominantes e subalternas devem ser definidas. Portanto, para João Bernardo:

“A exploração da mais-valia resulta da cisão operada no interior do processo produtivo (...) Este processo divide a sociedade em classes antagônicas e precipita de um lado aqueles cujo tempo de trabalho e do tempo de trabalho alheio. É em função da produção e da expropriação da mais-valia que se devem definir as classes sociais no capitalismo (...) Aqueles que não controlam o seu próprio tempo de trabalho e a quem é, por isso extorquida a mais-valia constituem a classe trabalhadora. E as diferentes formas como o processo de trabalho é controlado é dirigido determinam as modalidades de apropriação inicial de mais-valia e, por aí, a inclusão dos capitalistas em duas grandes classes sociais. A direção individualizada

Chasin). Nesta interpretação a burguesia divide o poder com grupos e classes não capitalistas (escravocratas no império e oligarquias rurais na república e Estado Novo) sendo dinamizada por inúmeros aspectos próprios de um capitalismo dependente (dependência que é ao mesmo tempo estrutural, por ser continuamente renovada, e uma opção da burguesia segundo Ruy Mauro, Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira e outros), que articula em todos estes autores uma super-exploração do trabalho na periferia, hegemonia da mais-valia absoluta, sustentando a hegemonia dos processos de mais-valia relativa no centro. Criando na periferia, um capitalismo completamente sui generis: o modelo autocrático-burgues de transformação capitalista (pra usar uma expressão de Florestan Fernandes).

⁴Alguns dos exemplos desta interpretação podem ser encontrados em PIVA (2000) e EVALDO (2010).

⁵Esta concepção foi em grande parte legitimada pela interpretação marxiana, mas, também, e, fundamentalmente pelo marxismo-leninismo, como deixa claro Lenin: “Todas as “formas de governo” transitórias em um regime capitalista são apenas variedades do Estado burguês, isto é, da ditadura da burguesia” (LENIN apud PORTELLI, 1977: 63).

⁶Na perspectiva bernardiana a estrutura da mais-valia e a de uma relação social fundada “(...) na tensão entre dois polos. Num extremo temos a submissão da força de trabalho ao capital: o tempo de trabalho incorporado na força de trabalho é a formação e reprodução dessa força de trabalho, mediante o consumo de bens e materiais e serviços permitindo pelo montante de remuneração recebida, só na sequência do assalariamento pode a força de trabalho incorporar em si o tempo de trabalho mediante o consumo de bens. No outro extremo temos a apropriação pelo capital do produto do processo de produção: o produto em que a força de trabalho incorpora o tempo de trabalho é lhe socialmente alheio, pertence ao capital, que começou por assalariá-la; e o assalariamento surge assim com a possibilidade de reproduzir o modelo permitindo a força de trabalho consumir algo do que produziu, para poder produzir de novo” (BERNARDO, 1991: 15)

do processo de trabalho e a apropriação da mais-valia graças ao direito da propriedade particular caracterizam a classe burguesa, enquanto a classe dos gestores controla os processos de maneira coletiva e o seu direito a apropriação da mais-valia tem origem no status e deve-se à cooptação no âmbito dos organismos dirigentes” (BERNARDO, 2003: 26).

Neste sentido, tanto a burguesia como os gestores ditam a organização interna da classe dominada (a classe trabalhadora), a hetero-organizando (reduzindo-a à uma existência econômica e não ético-político, transformando-a em “massa”, “povo”, “nação” etc) e auto-organizando, através do Estado, a classe dominante e suas frações (objetivo que é explicitamente colocada em *Populações Meridionais do Brasil* através de uma concepção de modernização institucional do Brasil que tem as elites no centro de sua utopia, como veremos a frente).

O capitalismo é compreendido, através desta perspectiva, como a miríade de vias e modalidades (centradas pela luta de classes) que possibilitam a passagem da auto-organização para a hetero-organização (BERNARDO, 2003: 31). No interior desta perspectiva, a dissolução da luta de classes no capitalismo (seja qual for a sua forma: liberal, democrática, fascista, etc) só pode existir em um âmbito estritamente estético-cultural (BERNARDO, 2003: 31). As produções culturais no capitalismo são em grande parte mediadas por esta tensão entre hetero e auto-organização. A superação deste conflito (estritamente vocabular e estética) é considerada por Bernardo como “a suprema atividade artística” (BERNARDO, 2003: 32) que sustenta grande parte das produções culturais (como veremos adiante a partir de Oliveira Viana).

É através desta formulação (o marxismo bernardiano, brevemente sintetizado aqui) e que confrontaremos, na primeira parte do texto, a visão ortodoxa⁷ e hegemônica que vê a burguesia como a única classe dominante e responsável pela institucionalização do

⁷Segundo João Alberto da Costa Pinto: “Embora a presença dos gestores como classe dominante seja um elemento estrutural do modo de produção capitalista, e no campo da teoria marxista ortodoxa que essa assertiva é mais combatida, insistindo-se na tese de duas classes fundamentais – burguesia e proletariado -, sumariando-se as demais categorias sociais com o vaporoso conceito de “classes médias” e definindo-se o Estado capitalista como instituição guardião dos interesses de classe da burguesia e seus quadros burocráticos como funcionários subalternos da burguesia (classe dominante). Ora, historicamente o Estado capitalista tem quase sempre se manifestado de modo organizado contra os interesses privados da burguesia. A incapacidade de a burguesia deixar de “pensar” e agir conforme os seus interesses particulares (nos seus investimentos específicos), ou seja, sua capacidade de pensar o capitalismo como sistema, leva desde o alvorecer do capitalismo a uma ação normativa do Estado contra os interesses privados da burguesia” (PINTO, 2006: 333).

capitalismo no Brasil. Em nossa perspectiva, foram os gestores e que criaram e organizaram projetos para a instituição deste, através da invocação e organização das Condições Gerais de Produção (uma das pré-condições para a existência do capitalismo, segundo Bernardo), por um lado, e de outro lado, constituíram, através de determinados campos culturais, uma visão global de mundo tecnocrática, constitutiva e organizadora desta mesma classe.

Em um segundo momento do texto, buscaremos entender as reflexões de Oliveira Viana, em *Populações Meridionais do Brasil*, como uma evidencia para uma perspectiva capitalista não burguesa, legitimadora de uma visão de mundo tecnocrática em ascensão e colocada no tempo de Viana como uma utopia, mas, posteriormente como uma ideologia fundante e constituidora da perspectiva dos gestores em ação (hegemônicos e dominantes) no Estado Novo de Vargas (1937-1945). Para reiterar esta tese demonstraremos como Oliveira Viana constituirá a partir de sua visão de mundo (utópica)⁸, representada nessa análise a partir da obra “Populações Meridionais do Brasil”, o máximo de consciência possível⁹ de uma classe em consolidação: os gestores.

⁸Para Michael Lowy a visão social de mundo, utópica (representações aspirações que se orientam na busca pela ruptura social) ou ideológica (sistema de representações que buscam legitimar e estabilizar a ordem vigente), corresponde a um “conjunto orgânico, articulado e estruturado de valores, representações, ideias e orientações cognitivas, internamente unificado por uma perspectiva determinada, por um certo ponto de vista socialmente determinado” (LOWY, 1987: 12-13), sendo esta determinação (compreendida em um âmbito historicista-dialético e não-fatalista mecanicista) um dos aspectos que unifica grupos e classes os opondo a outros grupos e classes (GOLDMANN, 1967: 20) pois, é preciso para superar uma perspectiva sumamente economicista da classe social, que os interesses comuns sejam orientados para a transformação ou manutenção da ordem social, e que esta mesma concepção seja regida por uma visão global do mundo social (GOLDMANN, 1967: 19). Para aprofundar mais sobre o conceito, ver: GOLDMANN (1967; 1973) e WILLIAMS (2011).

⁹Além do conceito de visão de mundo, também nos apropriaremos de duas outras noções oriundas do universo categorial de Lucien Goldmann: máximo de consciência possível e estruturas significativas. O primeiro se refere a uma tese de Goldmann que se funda na perspectiva de que somente alguns indivíduos (filósofos ou escritores) de um grupo conseguem exprimir de forma mais coerente e integral (em uma dimensão conceitual ou imaginativa) a visão de mundo de um determinado grupo frente a visão fragmentaria e parcial da grande maioria das pessoas (GOLDMANN, 1967: 21), criando assim uma consciência real (que não é um mero reflexo desta visão sistematizada) e uma consciência possível (que delimita as fronteiras de uma classe ou/e grupos). As estruturas significativas, se referem a uma coerência interna constitutiva das produções culturais em um determinado tempo/espaço, neste aspecto: “(...) a coerência estrutural não é uma realidade estática, mas sim uma virtualidade dinâmica no interior do grupo, uma estrutura significativa para o qual tendem o pensamento a afetividade e o comportamento dos indivíduos, estrutura que a maioria dentre eles só realiza excepcionalmente em certas condições privilegiadas, mas que indivíduos particulares podem atingir em domínios limitados quando eles coincidem com as tendências do grupo e as levam à sua coerência mais extrema” (GOLDMANN, 1967: 95), sendo portanto, uma noção que busca situar certos pressupostos,

1.0. Os gestores, a consolidação do capitalismo no Brasil e a visão de mundo tecnocrática

A estruturação e institucionalização do capitalismo no Brasil se concretizou pela ação do Estado Restrito¹⁰ na formulação das condições gerais de produção que vão gradativamente consolidando o Estado Amplo (PINTO, 2011: 112). Projeto que se torna desde o primeiro governo Vargas o programa de desenvolvimento nacional. Neste aspecto, o arranque do capitalismo brasileiro foi protagonizado, predominantemente, pela ação dos gestores (no Estado Restrito), ação que pode ser visibilizada através das trajetórias institucionais de alguns personagens fundamentais nas práticas e formulações ideológicas do governo Vargas (fundamentalmente engenheiros)¹¹. Os gestores através do espaço do Estado Restrito irão organizar e integrar o mercado nacional, conformando a partir dessas práticas, uma revolução capitalista não-burguesa, seja através da ação integrada das UPP como na organização das CGP.

No entanto, apesar de ser no varguismo que este projeto se consolida como projeto de governo, há desde o fim do império até a República Velha uma série de projetos (a grande maioria derrotada) que buscavam formas de modernização institucional do Brasil (que tem como espelho civilizatório o capitalismo europeu e norte americano) através da consolidação das CGP (ferrovias, estradas, portos, eletrificação, etc). As trajetórias e escritos de André Rebouças, Sezerdelo Correia, Vieira Souto, entre outros indivíduos situados nesse

supostamente particulares, dentro de uma estrutura mais global, quer dizer, de uma comunidade visível, uma estrutura de sentimento (pra usar uma expressão de Raymond Williams).

¹⁰Nos apropriaremos também, além do conceito de gestores esboçado anteriormente, das noções bernardianas de Estado Restrito e Amplo e de Condições Gerais de Produção. Bernardo define o Estado como “o aparelho de poder das classes dominantes” (BERNARDO, 1991: 162), o estado restrito e o espaço do “poder público” da ação hegemônica dos gestores (o que não quer dizer que a burguesia não exerce poder neste) e o Estado amplo é próprio da ação da burguesia, através das UPP (Unidades Produção Particular). Para Bernardo a ação do Estado deve ser vista na articulação e relação entre estas duas dimensões com os modelos de extração da mais-valia absoluta ou relativa (BERNARDO, 1991: 163). As CGP (Condições Gerais de Produção) se relacionam tanto as infraestruturas como as tecnologias e técnicas na sua ação para integração das UPP (BERNARDO, 1991: 158). As CGP podem ser visibilizadas nas instituições de ensino, hospitais, questões sanitárias, centros de pesquisa e tecnologias, energia, transporte, publicidade, entre outras, e todas estas ligadas tanto a urbanidade como aos processos de expropriação da mais-valia relativa e absoluta (BERNARDO, 1991: 160).

¹¹Ver as trajetórias de Edmundo Macedo Soares Filho na organização da CSN (PINTO, 2011), Gois Monteiro e a sua doutrina de racionalização da burocracia (PINTO, 2006) entre outros como Rômulo de Almeida, Roberto Simonsen, Roberto Mange, Simões Lopes, etc.

período (1870-1930), são emblemáticas, para nos revelarem uma estrutura significativa entre estes: a invocação do estado nacional como o único meio para superar os diversos empecilhos a modernização capitalista, objetivada através do investimento nas infra-estruturas e na organização de um Estado forte (e de uma elite que o compoinha).

Além destes intelectuais, mais diretamente vinculados a produção (controladores e organizadores da infra-estrutura), há também aqueles que através da produção de uma visão global da história brasileira legitimaram, através da mediação de seus determinados campos de produção¹², esta mesma visão de mundo tecnocrática. Embora, seja necessário especificar a prática social desses agentes (intelectuais organizadores, divulgadores e produtores da cultura), para além de um materialismo metafísico (mecanicista) ou um idealismo (próprio de uma razão escolástica).

Os produtores culturais (a fração dominada da classe dominante¹³) através da reprodução material das superestruturas, carregam uma autonomia relativa frente as diversas determinações, que por sua vez são centradas nos conflitos (simbólicos e materiais) de classes e grupos (PINTO, 2006: 344). Os intelectuais responsáveis pela organização, divulgação e produção da cultura, tendem a legitimar (através do trabalho de

¹²Bourdieu sintetiza o sentido da noção de campo da seguinte maneira “A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. Esta estrutura, que está nas origens das estratégias destinadas a transformá-la, também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo tem por objeto o monopólio da violência legítima (autoridade específica) (...)” (BOURDIEU, 1983: 90). Através da noção de campo na sua relação com os habitus: – “O habitus é o produto do trabalho de inculcação e de apropriação necessário para que esses produtos da história coletiva, que são as estruturas objetivas (por exemplo, da língua, da economia, etc), consigam reproduzir-se, sob a forma de disposições duráveis, em todos os organismos (que podemos se quisermos chamar de indivíduos) duravelmente submetidos aos mesmos condicionamentos, colocados, portanto, nas mesmas condições materiais de existência” (BOURDIEU, 1983: 79)”, Bourdieu, faz o jogo dialético entre reprodução social e cultural, que concretiza a dissimulação das estruturas objetivas, as eufemizando, para assim legitimar as distribuições desiguais dos distintos capitais (econômico, simbólico, cultural, político, etc).

¹³Para Bourdieu “Os campos de produção cultural ocupam uma posição dominante no campo de poder: este é um fato capital que as teorias comuns da arte e da literatura ignoram. Ou, para retraduzir numa linguagem mais corrente (...) eu poderia dizer que os artistas e os escritores, e de modo mais geral os intelectuais, são uma fração dominada da classe dominante. Dominantes – enquanto detentores do poder e dos privilégios conferidos pela posse do capital cultural e mesmo, pelo menos no caso de alguns deles, pela posse do capital cultural e mesmo, pelo menos no caso de alguns deles, pela posse de um volume de capital cultural e suficiente para exercer um poder sobre o capital cultural –, os escritores e os artistas são dominados nas suas relações com os detentores de poder político e econômico. Para evitar qualquer mal-entendido, devo precisar que essa dominação já não se exerce, como em outras épocas, através das relações pessoais (...) mas toma a forma de uma dominação estrutural exercida através de mecanismos muito gerais como os do mercado” (BOURDIEU, 1990: 174-175).

afirmação ideológica) uma determinada visão de mundo correspondente aos interesses da classe dominante, contribuindo, apesar da ilusória autonomia de alguns, para a constituição do “máximo de mundo possível” de uma determinada classe, seja ela hegemônica ou contra-hegemônica. Para Bourdieu (em uma forte aproximação com as reflexões de Lucien Goldmann sobre os intelectuais):

“Os produtores culturais detêm um poder específico, o poder propriamente simbólico de fazer com que se veja e se acredite, de trazer luz, ao estado explícito, objetivado, experiências mais ou menos confusas, fluidas, não formuladas, e até não formuláveis (...) do mundo social, e, por essa via, de fazê-las existir. Eles podem colocar esse poder a serviço dos dominantes. Eles também podem, de acordo com a lógica de sua luta no interior do campo de poder, colocá-la a serviço dos dominados do campo social com um todo” (BOURDIEU, 1990: 176).

No Brasil, praticamente todo o campo intelectual, nos anos 1870-1945, foi condizente com as soluções autoritárias para a superação das distintas barreiras a modernização. Para compreender essas barreiras, a historiografia e o campo intelectual em geral (no âmbito das ciências humanas) buscou os símbolos formadores da identidade nacional a partir de diversos estudos sobre a formação histórica brasileira. A construção deste “ethos” foi um tema recorrente nas narrativas construídas pela “intelligentsia” brasileira. Essas narrativas se defrontaram com a emergência do capitalismo brasileiro a partir de um processo de institucionalização deste que foi totalmente *sui generis*.

Compreenderam o processo de modernização institucional do capitalismo tendo em mente o tipo ideal de implantação deste o capitalismo europeu e norte-americano. A grande maioria dos intelectuais brasileiros do período buscaram soluções para a implantação da modernidade capitalista (não necessariamente liberal-burguesa ou democrática), que passavam longe do crivo democrático ou mesmo liberal. Esta solução foi em grande parte mediada pela invocação de um estado forte que pudesse romper com a resistência as diversas resistências que este ethos gerava.

No século XX, desde Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Azevedo Amaral, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, emergiram narrativas, a partir de certas instituições, que

buscassem formas de superar este atraso para assim chegar a modernidade capitalista¹⁴. Constitui-se uma brasilidade – a cordialidade e personalismo (Sérgio Buarque de Holanda), plasticidade (Gilberto Freyre), espírito de clã (Oliveira Viana), falta de nexos moral (Caio Prado Júnior), entre outros – para em um mesmo movimento superá-la. Neste aspecto, não se pode isolar as taxinomias filosóficas, sociológicas ou historiográficas, criadas por estes autores de uma intervenção direta no mundo social, através de uma visão global do mesmo, que esta de acordo (segundo nossa perspectiva) com uma visão de mundo tecnocrática (própria dos gestores).

Estes autores revelam, portanto, uma estrutura significativa de temas que expressam uma visão social de mundo comum entre estes, que apesar de sua unidade, terão na especificidade de cada um uma forma de tratamento, mas que no limite, tem a mesma função: invocar o poder de um estado forte para romper os diversos empecilhos que um suposto ethos brasileiro provocava para a institucionalização da modernidade capitalista, e que esta solução em todos estes autores não pode ser identificada com o liberalismo-burguês.

Para entendermos o conteúdo desta visão de mundo, perscrutaremos a obra “Populações Meridionais do Brasil” como uma das expressões do máximo de consciência possível da classe dos gestores em ascensão.

2.0. O campo intelectual autoritário brasileiro e a solidariedade de clã em *Populações Meridionais do Brasil*¹⁵.

Para uma compreensão mais profunda de *PMB* se faz necessário ir além da redução desta obra as suas influencias externas – naturalismo cientificista, organicismo spencerista, mesologia, que formulam o seu eixo de análise: raça + meio + cultura (MEDEIROS, 1978: 208). Pois, como evidencia José Murilo de Carvalho (1991), além dessas influencias, Viana

¹⁴Praticamente toda teoria da modernização institucional (sociológica e historiográfica) do capitalismo no Brasil foi mediada por um dualismo interpretativo, no qual a metáfora Brasil Real e Brasil Legal sintetiza, que é estrutural nessas narrativas. Este só é superado, fundamentalmente, a partir das construções pós-64 em autores como Ruy Mauro, Francisco de Oliveira, Florestan Fernandes entre outros. Sobre a presença deste dualismo na produção cultural brasileira em geral (e não só no campo do marxismo), ver: DORIA (1998).

¹⁵A partir de agora irei me referir a *Populações Meridionais do Brasil* como *PMB*.

esteve claramente imerso em uma cultura anti-liberal brasileira que rondava o seu tempo, que certamente o influenciou em sua análise da formação histórica brasileira (estes autores não só são uma influencia implícita em Viana, mas, também explícita a partir do momento em que ao longo de PMB, este ira citá-los para reiterar alguns dos seus argumentos).

Estas mesmas influencias também não podem ser reduzidas somente a geração autoritária da I republica – Viana fez parte do circulo de amigos e discípulos de um dos maiores idealizadores desta geração: Alberto Torres (MEDEIROS, 1978: 157) –, crítica em relação a constituição de 1891, e idealizadora de uma serie de projetos de organização político-institucional alternativos, ao que foi instituído na I republica (LAMOUNIER, 1985: 345). Esta mesma tradição remonta na verdade (em uma perspectiva mais ampla) ao pensamento político autoritário do império, sendo Viana “[...] parte de uma linha de pensamento que começa com o Visconde de Uruguai, passa por Sílvio Romero e Alberto Torres, prossegue com Oliveira Viana e vai ate pelo menos Guerreiro Ramos¹⁶” (CARVALHO, 1991: 85). Há uma estrutura significativa entre estes autores, na escolha e tratamento de temas, que passa pelo crivo da crítica as instituições liberais e pela formulação de diagnosticosfundadosna figura do “estado pedagogo” como sujeito transformador (através da centralização do poder nas mãos deste) de uma realidade atrasada para uma outra moderna.

É esta visão de mundo (que tem sua gênese em Varnhagem) que irá mediar a grande parte das reconstruções teóricas, sociológicas ou historiográficas, sobre a formação social. Nestas, o estado aparece como um arbítrio máximo, uma entidade natural e não um produto social de lutas (ODALIA, 1997: 65). Para um poder tão transcendental e uma tarefa tão colossal (a formulação de uma nação brasileira, através dos parâmetros civilizatórios da modernidade capitalista) se deveria formular “[...] uma teoria político-histórica que o apresentasse como uma força organizatória acima de qualquer grupo, conflito ou divergência, que possam apresentar-se no interior da comunidade” (ODALIA, 1997: 64). Esta perspectiva, se colocada em um âmbito mais global, esta enraizada nas teorias das harmonias sociais, que remontam ao pensamento de Saint-Simon, Fourier (para citar alguns

¹⁶Podemos ampliar a lista a partir de nomes como: José Bonifácio, Aníbal Falcão, Tavares Bastos, Joaquim Nabuco, Jackson de Figueredo, Afonso Arinos, Afrânio Peixoto, Pedro Calmon, entre outros.

dos principais), que busca através do Estado (seja ele administrado por uma tecnocracia ou pelo empresariado) criar uma gestão harmônica da sociedade, para assim evitar o conflito social¹⁷. No interior deste quadro, *PMB* aparece como uma das obras mais representativas da perspectiva das harmonias sociais (como veremos a frente, a partir de um diagnóstico que vê o Estado como sujeito formulador destas).

PMB em conjunto com outras quatro obras produzidas em torno de 1920-23 (*Pequenos Estudos de psicologia social, Evolução do povo brasileiro, O idealismo na evolução política do Império e da República e O idealismo na constituição*) formulam o núcleo duro das ideias de Oliveira Viana até a sua morte (MEDEIROS, 1978: 156). No prefácio de *PMB* Viana já deixa claro o objetivo central de sua obra: compreender a particularidade da formação social brasileira¹⁸, através do estudo do matuto e do gaúcho (VIANA, 1981: 42). Tarefa que não está a serviço de um academicismo restrito, mas é próprio de um estudo engajado (no sentido de estar buscando concretizar a sua utopia nacional-corporativista, através da crítica ao instituído, o regime liberal). A sua noção de tempo histórico e toda representativa do seu engajamento.

O passado para Viana não está superado pelo presente, mas, é uma barreira que cria uma série de determinações (em certo aspecto, fatalistas e teleológicas) que precisam ser conhecidas para serem superadas, como este deixa claro “O passado vive em nós, latente, obscuro nas células do nosso subconsciente. Ele é que nos dirige ainda hoje com a sua influência invisível, mas inelutável e fatal” (VIANA, 1981: 39). Reitera, esta preocupação com o presente no fim do seu prefácio, ao dizer que a função deste ensaio era “(...) trazer aos responsáveis pela direção do país para o conhecimento objetivo do nosso povo (...)” (VIANA, 1981: 46), deixando explícito, que *PMB* deveria ser um orientador para uma transformação necessária em uma estrutura social nociva a sociedade como um todo.

Esta crítica a esta estrutura nociva tem um inimigo objetivo o liberalismo. Para Viana o liberalismo e as constituições fundadas no mesmo daltonizam a visão da particularidade

¹⁷Para aprofundar mais sobre a questão das harmonias sociais (em sua historicidade) ver: TRAGTEMBERG (1974). E em um estudo específico sobre Saint-Simon, ver: BERNARDO (2004).

¹⁸Segundo Nilo Odalia, esta perspectiva de uma não-uniformidade do povo brasileiro e contra os estudos generalistas (que segundo Viana enfocavam na língua e na raça e ignoraram a diversidade regional e societária), e parte de uma corrente historiográfica crítica a redução da evolução brasileira a uma síntese geral (que tem como principal historiador Varnhagem). Perspectiva que é tributária de Capistrano de Abreu (ODALIA, 1981: 108).

do Brasil, criando um Brasil artificial made in Europa (urbano, bacharelesco) que é completamente incoerente com o Brasil real (o mundo rural). Neste aspecto, acordar deste “paraíso artificial” (VIANA, 1981: 45) que é a república e o liberalismo, é um imperativo para a proteção da soberania do Brasil frente a uma série de hostilidades externas, e por isso, a necessidade de uma reeducação (o Estado pedagogo) que consiga sujeitar o povo a uma análise rigorosa, para assim, projetar através dessa particularidade (encontrada através do estudo científico da formação social brasileira) uma política que potencialize essas mesmas qualidades (o ethos), para assim manter a soberania contra os povos que senhoreiam o planeta (VIANA, 1981: 46). É a busca deste ethos (autoritário e anti-liberal, como já colocado de forma implícita no prefácio) e que irá direcionar a narrativa de Viana ao longo das três grandes partes do texto.

Na primeira e na segunda parte o autor irá em sua construção evidenciar como a sociabilidade no Brasil foi centrada na família e na autoridade pessoal, base do caudilhismo personalizado e pulverizado nas distintas regiões do Brasil rural. Ao historiar a especificidade da aristocracia portuguesa, transposta para o Brasil, Viana nos mostra o gradativo processo de diferenciação desta, a partir de uma série de particularidades: o ambiente hostil e distinto do europeu, a degeneração urbana e o esvaziamento das tradições nobiliárquicas a partir do isolamento, que gradativamente ruralizam essas populações (VIANA, 1981: 57). O latifúndio (sobre o domínio dos senhores de engenho e dos latifundiários do café) ao isolar essas populações cria, portanto, uma centralidade na aristocracia rural, que irá ser, propriamente, o centro de gravidade da história do Brasil (VIANA, 1981: 73), até o tempo de Viana. Para Viana “(...) toda população rural, de alto a baixo, está sujeito ao mesmo regime, toda ela está agrupada em torno dos chefes territoriais. O clã (...) é apenas a porção visível de uma associação maior (...)” (VIANA, 1981: 148).

Esta sociedade tem a sua existência garantida, por aquilo que Viana chamou de “função simplificadora do domínio rural”. Esta, na construção de Viana, se baseava na independência constituída pelos domínios rurais (em sua dispersão e isolamento), a partir de sua economia auto-sustentável. Esta independência cria uma simplificação sobre toda a estrutura das populações rurais, a partir do momento que torna o comércio e a indústria uma organização secundária (quase inexistente), pois, “(...) com a sua onímoda capacidade

produtora, o grande domínio impede a emergência, nos campos, de uma poderosa burguesia comercial capaz de contrabalançar a hegemonia natural dos grandes feudatários territoriais” (VIANA, 1981: 136). Propiciando a degeneração das cidades, e portanto, o enfraquecimento das classes urbanas (comercial, industrial e corporação urbanas). A partir desta degeneração urbana, Viana distingue a formação social no Brasil e na Europa “É esse um dos mais singulares aspectos da nossa estrutura social. Somos inteiramente diferentes das sociedades europeia. Nada que lá existe, nesse ponto, se passa aqui: somos completamente outros” (VIANA, 1981: 137).

E esta singularidade (constitutiva do ethos brasileiro) que se mantém praticamente intacta até 1888 – data que demarca para Viana o início de uma era de idealismos, que tem na constituição de 1891 sua expressão máxima. Para Viana, até então não existia entre o grande proprietário e a população rural fatores que criassem laços como havia no feudalismo europeu, Viana diz em uma síntese comparativa entre a formação social brasileira e o feudalismo europeu que:

“O feudalismo é a ordem, a dependência, a coesão, a estabilidade: a fixidez do homem à terra. Nós somos a incoerência, a desintegração, a indisciplina, a instabilidade: a infixidez do homem à terra. Em nosso meio histórico e social tudo contraria a aparição do regime feudal. Dele o que existe é um arremedo apenas. E o “feudalismo achamboado” (...) Sem quadros sociais complexos; sem classes sociais definidas, sem hierarquia social organizada; sem classe média, sem classe industrial; sem classe comercial, sem classe urbana em geral – a nossa sociedade rural lembra um vasto e imponente edifício, em arcabouço incompleto insólito com os travejamentos mal ajustados e ainda sem pontos firmes de apoio” (VIANA, 1981: 146)

Como afirma Viana a solidariedade criada por esta organização se distinguia radicalmente, da solidariedade consistida no feudalismo europeu, pois, esta não se baseava em uma dependência econômica, religiosa ou militar, mas, sim, pela defesa contra aquilo que Viana chamou de “anarquia branca” (VIANA, 1981: 149). A anarquia branca e a opressão oriunda de uma mescla entre a coerção do mandonismo local com o uso personalista do poder pelos homens do governo (capitães-generais, juizes, etc), que condiciona grande parte da população a se tornarem caudatários dos poderes locais em busca de proteção. Para Viana:

“Essas circunstâncias levam ao nosso povo, principalmente às suas classes inferiores, a descrença no poder reparador da justiça, na sua força, no prestígio da sua autoridade. Nessa situação de permanente desamparo legal, em que vivem, sob esse regime histórico de mandonismo, de favoritismo, de caudilhismo judiciário, todos desprotegidos, todos os fracos, todos os pobres e inermes tendem a abrigar-se por um impulso natural de defesa, à sombra dos poderosos, para que os protejam e defendam dos juízes corruptos, das “devassas” monstruosas, das “residências” infamantes, das vendetas implacáveis” (VIANA, 1981: 151)

É esse poder arbitrário, somado a um quase completo vazio de instituições de solidariedade social (pública ou privada: Estado, casta, família classe, etc), e que faz as populações a encontrarem no fazendeiro local a única fonte de solidariedade possível (VIANA, 1981: 158). Apesar desta solidariedade ser criada a partir desta desarticulação e pulverização, existe no interior do clã um verdadeiro espírito de corpo (VIANA, 1981: 158). É este espírito de corpo que cria, para Viana, na psicologia política dessas populações, um espírito de obediência em relação a aristocracia rural (considerada por Viana, ariana¹⁹).

Em um de seus momentos mais clarificantes para a compreensão de sua visão de mundo autoritária-tecnocrática – que dissimula sua utopia sobre a veste de taxinomias sociológicas-historiográficas (o espírito de clã, a solidariedade social, etc) – Viana, nos diz:

“O espírito de clã torna-se assim um dos atributos mais característicos das nossas classes populares, principalmente a classe inferior dos campos. O nosso homem do povo, o nosso compônio é essencialmente o homem de clã, o homem da caravana, o homem que procura um chefe, e sofre sempre com que uma vaga angústia secreta todas as vezes que, por falta de um condutor ou de um guia, tem necessidade de agir por si, autonomicamente (...) o nosso compônio só está bem quando está sob um chefe, a quem obedece com uma passividade de autômato perfeito. É este o seu prazer, este o seu gozo íntimo, esta a condição de sua tranquilidade moral. O ter de conduzir-se por sua própria inspiração, o ter de deliberar por si mesmo, sem orientação estranha, sem sugestão de um superior reconhecido e aceito, constitui para ele uma grave e dolorosa preocupação, um motivo íntimo de angústia, de inquietação de tortura interior. Desta tortura moral só se liberta pondo-se às ordens de um chefe, e obedecendo mansamente à sua sugestão, ao seu império. É essa certeza íntima de que alguém pensa por ele e, no momento oportuno, lhe dará o santo e a senha de ação; é essa certeza íntima que o acalma, o assegura, o

¹⁹Não daremos ênfase a questão racial aqui, mas ela se constitui, apesar de submetida a dimensão cultural e geográfica (como deixa claro Viana no fim do texto em seu “addendum”), como um dos fatores que reiteram sua visão de mundo autoritária-tecnocrática, a partir do momento em que a raça se torna um dos elementos de racionalização do domínio das elites. Pois, para Viana a função de organização, direção só poderia ser efetivada pelos “arianos puros” que possibilitariam “através dos aparelhos da disciplina e de educação” dominar “essa turba informe de mestiços inferiores e, mantendo-a, pela compreensão social e jurídica, dentro das normas da moral ariana” (VIANA, 1981: 127). Sendo a aristocracia rural a constituidora dos elementos arianos da nacionalidade (VIANA, 1981: 71).

tranquiliza, o refrigera. Do nosso compônio, do nosso homem do povo, o fundo da sua mentalidade é este. Esta é a base da sua consciência social. Este é o temperamento do seu caráter. Toda a sua psicologia está nisso” (VIANA, 1981: 160)

No entanto, esta solidariedade (endógena) se mantêm nos limites estreitos do clã, não existindo nada que faça propiciar uma solidariedade exógena, para que a partir desta criassem instituições de solidariedade social mais amplas (VIANA, 1981: 170). Ao contrario do que ocorre com os povos germânicos e anglo-saxões onde estas instancias de solidariedade social (associações, clubes, sociedades, etc.) se multiplicam quase espontaneamente (VIANA, 1981: 171). Neste sentido, o poder pessoal (entre outros fatores citados ao longo da I e II parte de PMB), consubstanciado no grande latifúndio, propícia o insolidarismo externo, mas internamente cria uma solidariedade restrita a este espírito de clã, que criará resistências aos estrangeirismos transpostos (liberalismo, república, democracia, etc.). Como evidencia Viana:

“O povo brasileiro só organiza aquela espécie de solidariedade, que lhe era estritamente necessária e útil: – a solidariedade do clã rural em torno do grande senhor de terras. Todas essas outras formas de solidariedade social e política – os “partido”, as “seitas”, as “corporações”, os “sindicatos”, as “associações, por um lado; por outro, “a comuna”, a “província”, a “nação – são entre nós, ou meras entidades artificiais e exógenas, ou simples aspirações doutrinárias sem realidade efetiva na psicologia subconsciente do povo.” (VIANA, : 238).

Embora em certos momentos, Viana faça uma narrativa elogiosa a esta nobreza aristocrática, há um claro deslocamento em PMB com relação a esta mesma nobreza (e a solidariedade vinculada a esta) a partir da terceira parte (apesar de ser possível perceber certas críticas já na I e II parte). Deslocamento que nos permite compreender PMB (e também as suas obras posteriores, que neste aspecto são mais explicitas) não como representativa de um conservadorismo tradicionalista – que defende valores retrógrados através de soluções autoritárias, no caso a defesa intransigente da nobreza rural oligárquica, como pensam alguns autores – , mas, sim, de um autoritarismo moderno, que busca, através da imagem de um Estado forte (protagonizado pela ação das elites, que são centrais no seu pensamento tecnocrático) uma via para superar o artificialismo do liberalismo (made in Europa), instituindo reformas modernizadoras (em um sentido capitalista não-liberal), que estariam indo de acordo com um ethos autoritário que foi instituído historicamente na psicologia subconsciente do povo (pra usar uma expressão de

Viana) a partir da sociedade de clã. Neste sentido, tanto o Brasil legal (o Brasil liberal, republicano, bacharelesco, que na realidade só aumenta o poder dos caudilhos) como o Brasil real (o mundo rural, dos caudilhos, da sociedade de clã) são criticados por Viana (MEDEIROS, 1981: 160).

Na terceira parte do texto, como reitera também José Murilo de Carvalho (1991), e que se percebe que ao invés de uma defesa intransigente à aristocracia, rural esta começa a ser vista em sua narrativa como caudilhos anacrônicos (CARVALHO, 1991: 93). Pois, a partir do IV século, da história do Brasil, o foco de seus elogios se deslocarão para uma burocracia estatal heroificada que combate os privatismo e insolidarismo ao longo do Brasil rural. No decorrer de sua narrativa, Viana explicita a anarquia colonial no qual os caudilhos rurais se defrontavam – seja dos selvagens, quilombolas, potentados ou das rivalidades entre os senhores rurais (institucionalização da capangagem senhorial) e contra o poder central (VIANA, 1981: 177).

A gênese para a concreta hegemonização do poder central sobre o poder privado se concretiza no século XIX a partir do império (VIANA, 1981: 204). Processo que se efetiva a partir de uma série de empecilhos que resultam em conflitos que tem no período regencial de 35-40 o seu auge, e que geraram um enfraquecimento dos caudilhos do sul (VIANA, 1981: 209). Neste aspecto, e com a coroa e que há o triunfo do poder central, a estabilização e consolidação deste frente ao provincialismo. E na figura do rei e que haverá a centralização do poder (consubstanciada para Viana a partir do poder moderador) contra os privatismos que impede a fragmentação política do Brasil (VIANA, 1981: 219). Para Viana D. Pedro II representou:

“(…) meio século de progresso moderado, disciplinado sadio. Meio século de paz, de tranquilidade, de ordem. Meio século de legalidade, de justiça, de moralidade. Pela atração da majestade imperial, contem o centrifugismo das províncias. Pela ascendência do seu poder pessoal, corrige a hostilidade, a intransigência, o exclusivismo das facções políticas (...) Durante o meio século do seu reinado ele exerce, enfim, a mais nobre das ditaduras – aquela “ditadura da moralidade” (...) e que é, sem duvida, a mais poderosa força de retificação moral, na ordem pública e privada, que jamais conheceu o nosso povo, desde o primeiro século cabralino” (VIANA, 1981: 224-225).

Ao lado de D. Pedro II, Viana cita uma série de outros protagonistas que percebem o artificialismo da ideias liberais (a estranheza com relação às liberdades públicas, a falta de

revoluções populares concretas), aqueles que este chama de “reacionários audazes”: Olinda, Feijo, Bernardo de Vasconcelos, Evaristo de Parana, Eusébio, Uruguai, Itaboraí, Caxias entre outros (VIANA, 1981: 280). Estes atores e que possibilitaram, para Viana, a sustentação da integridade nacional (que não ocorre na América Latina por uma mimese das ideias exteriores), e que criaram os fundamentos para a formação do Estado brasileiro. É para dar continuidade a essa formulação e que Viana explicita todo um programa para a organização e institucionalização do Estado (para a superação do instituído: o regime liberal), levantando dois problemas gerais, a autoridade e disciplina e a concentração e unidade, para em seguinte respondê-los da seguinte maneira:

“Dar consistência, unidade, consciência comum a uma vasta massa social ainda em estado ganglionar, sub-dividida em quase duas dezenas de núcleos provinciais, inteiramente isolados entre si material e moralmente: – eis o primeiro objetivo. Realizar, pela ação racional do Estado, o milagre de dar a essa nacionalidade em formação uma subconsciência jurídica, criando-lhe a medula da legalidade; os instintos viscerais da obediência à autoridade e à lei (...); – eis o segundo objetivo. Problema, como se vê, de estruturação e ossificação da nacionalidade: trata-se de dar, ao nosso agregado nacional, massa, forma, fibra, nervo, ossatura, caráter. Problema, pois, de condensação, de concentração, de unificação de síntese. Problema, portanto, cuja solução só seria possível pela ação consciente da força organizada. Quer dizer: pela instituição de um Estado centralizado, com um governo nacional, poderoso, dominador, unitário, incontrastável, provido de capacidades bastantes para realizar, na sua plenitude, os seus dois grandes objetivos capitais: – a consolidação da nacionalidade e a organização de sua ordem legal. Esta é a solução racional, orgânica, essencialmente americana do problema da nossa organização política. Solução prática concreta, em que refletem todas as nossas necessidades nacionais” (VIANA, 1981: 279).

E, portanto, na negação desta transposição do artificialismo liberal, e em uma solução autenticamente particularizada (o autoritarismo estatal), que esta em harmonia com um ethos autoritário e que Viana constitui o seu diagnóstico para romper a dicotomia Brasil real e Brasil legal, instituindo, através deste Estado forte, uma unidade nacional que projetara, através de seu arbítrio, a harmonia social sonhada por Viana.

3.0. Apontamentos finais sobre Populações Meridionais do Brasil

PMB foi uma entre tantas obras que buscaram, através de reconstruções sociológicas ou historiográficas, legitimar, racionalizar no plano das significações, um modelo autoritário de Estado. Por isso o texto de Viana “Populações meridionais do Brasil” (1920) é

emblemático para nos evidenciar os impasses e projetos do campo intelectual, nos anos 20-40, frente a institucionalização do capitalismo, e como esta construção, visibilizada como a expressão máxima de uma visão de mundo tecnocrática (a dos gestores).

Não é mero acaso que Viana se tornara uma das bases de uma visão de mundo autoritária nas décadas de 1920-40 (influenciando Azevedo de Amaral, Francisco Campos, etc) como também influenciara e fara parte da institucionalidade política durante o Estado Novo (este será um dos formuladores da política sindical e social nos anos 32-40 através da consultoria jurídica no ministério do trabalho), havendo portanto a materialização de suas ideias a partir da institucionalização do varguismo. Neste aspecto, não só em PMB (e em toda sua ontologia intelectual) já se encontra não uma projeção de um conservadorismo autoritário (superando neste aspecto o seu mestre: Alberto Torres), como também, a sua prática no governo Vargas confirma que o mesmo, apesar de todas as suas críticas a modernidade industrial e urbana, via a modernidade capitalista sobre o protagonismo de um Estado forte (e, posteriormente, corporativista) como a única via possível²⁰. Como reitera o próprio Viana, na segunda edição de *Idealismo da constituição* (1939), ao colocar a sua visão de mundo constituída por este desde PMB em vinculação as ideias da constituição de 1937:

“Todos estes itens consagrados na nova constituição, representam velhos ideais, que venho defendendo desde *Populações Meridionais do Brasil* até *Problemas de direito corporativo*. Ideias que não buscam sua origem fora de nós, nem são nascidos porventura da biblio-sugestão: mas que, resultam de uma observação longa e direta do nosso meio político e das suas peculiaridades, das falhas da nossa cultura cívica e dos seus reflexos sobre o mecanismo dos poderes públicos” (VIANA, 1939: 172).

Em síntese podemos dizer, que PMB, foi uma entre tantas obras, constitutivas, da visão de mundo tecnocrática, que a partir da sua utopia, projetada, cria uma consciencia

²⁰Como se refere Jarbas Medeiros, em crítica a este enquadramento de um conservadorismo tradicionalista de Viana: (...) em ponto algum de sua extensa obra (da mesma forma, aliás, que Francisco Campos), Viana enfatiza especialmente a necessidade de industrialização de nosso país como condição para seu processo civilizatório e de afirmação nacional. Refere-se à urbanização crescente e parece, talvez considerar mais esta do que a industrialização – a que também alude, ocasionalmente – como fatos de transformação social. Fica-nos a impressão de que, de fato, Viana sempre encarou ambas – urbanização e industrialização – como uma “fatalidade dos tempos”, às quais não se poderia fugir, mas ambas, efetivamente, portadoras de problemas e complicações (MEDEIROS, 1981: 213).

possível, de uma classe ascensão. Esta não corresponde a burguesia (como tentei afirmar durante este texto), mas, sim, a classe que é de fato protagonista no processo de institucionalização do capitalismo no Brasil: os gestores.

Recebido em: 22/08/2013.

Aceito em: 23/12/2013.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

_____. *Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta*. Porto: Afrontamento, 2003.

_____. Saint-Simon, teórico do poder empresarial. In: _____. *Democracia totalitária: Teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo: Cortez Editora, 2004, p. 17-40.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 89-94.

_____. O campo intelectual um mundo a parte. In: _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Editora brasiliense, 1990, p. 169-180.

_____. Sobre o poder simbólico. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 7-16.

CARVALHO, José Murillo. *A utopia de Oliveira Viana. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991, p.82-99.

DÓRIA, Carlos Alberto. O dual, o feudal e o etapismo na teoria da Revolução Brasileira. In: MORAES, Joao Quartim. *História do marxismo no Brasil*, v. III. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998. p. 201-244.

GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *Crítica e dogmatismo na cultura moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In Holanda, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 3ª ed., 2º vol., tomo III, 1985, p.345-374.

LOWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1978.

ODALIA, Nilo. *As formas do mesmo: Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagem e Oliveira Viana*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

PINTO, João Alberto da Costa. *Os gestores na organização do capitalismo brasileiro (1930-1945)*. *História Revista*, Goiânia, v.11, n.2, Jul./Dez. 2006.

_____. *Sobre a identidade intelectual na produção da sociedade capitalista*. *Revista UFG*/ Julho 2011/ Ano XIII/ n.10.

PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilheiros e semeadores: A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo de Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo: Editora 34, 2000.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Souza, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

TRAGTEMBERG, Maurício. As harmonias administrativas de Saint-Simon a Elton Mayo. In: _____. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática, 1974, p. 58-89.

VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Câmara dos deputados, 1981.

_____. *Idealismo da constituição*. São Paulo, Companhia Editora Nacional: 1939.

VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

WILLIAMS, Raymond. Literatura e sociologia: em memória de Lucien Goldmann. In: _____. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.